

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1089/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Constituição Estadual;
- Lei Federal nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União em cooperação com Estados, DF e Municípios; e altera a Lei nº 9.656/1998.
- Lei Federal nº 14.531, de 10 de janeiro de 2023, que altera as Leis nº 13.675/2018 (Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social) e nº 13.819/2019, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, promoção da saúde mental e prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social, e institui diretrizes de promoção e defesa dos direitos humanos desses profissionais.
- Lei Federal nº 15.231, de 6 de outubro de 2025, que altera as Leis nº 13.819/2019 e nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência ocorridos nesses ambientes, especialmente automutilação e suicídio.
- Lei Federal nº 15.232, de 6 de outubro de 2025, que altera a Lei nº 13.819/2019 para prever ações direcionadas às pessoas psicossocialmente mais vulneráveis ou com maiores riscos de desenvolver transtornos mentais que aumentem o risco de violência autoprovocada, como automutilação e suicídio.
- Lei Estadual nº 17.300, de 01 de dezembro de 2020 (Estado de São Paulo), que institui o Programa de Prevenção de Violências Autoprovocadas ou Autoinfligidas no

**PROCURADORIA**

Estado de São Paulo, com foco na capacitação de agentes públicos (como policiais civis, militares, profissionais de segurança e socioeducativos) para o auxílio e enfrentamento do sofrimento psíquico e do suicídio.

- Lei Orgânica do Município.

- Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010, que dispõe sobre a criação de Observatório de proteção integral à infância e adolescência, e dá outras providências;

- Lei Municipal nº 17.237, de 14/11/2019, que cria o Programa Municipal de Prevenção ao Suicídio e de Promoção do Direito ao acesso à Saúde Mental entre Jovens e Adolescentes, e dá outras providências.

PL 958/2025 INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO OBRIGATÓRIO PARA DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PESSOAS COM DEPRESSÃO.

PL 187/2023 DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO PERMANENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 820/2025 CRIA O PROGRAMA “ATENÇÃO E CUIDADO COM NOSSOS POLICIAIS MUNICIPAIS”, COM A FINALIDADE DE CONSCIENTIZAR E GARANTIR CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTOS PARA APOIO PSICOLÓGICO A TODOS OS INTEGRANTES DA GUARDA CIVIL METROPOLITANA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 741/2025 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL PARA PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA CIDADE DE SÃO PAULO.



PROCURADORIA

PL 804/2019 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E COMPLEMENTA A LEI FEDERAL Nº 13.819 DE 2019.

PL 88/2022 INSTITUI DIRETRIZES PARA O APOIO MÉDICO E PSICOLÓGICO AOS GUARDAS CIVIS METROPOLITANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 17 de dezembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068